companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

II - entre órgãos e entidades da administração pública estadual, caso em que deverá ser observado o art. 1º, § 1º, inciso II.

□Art. 7º Constitui cláusula necessária em qualquer convênio dispositivo que indique a forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo concedente.

Parágrafo único. A forma de acompanhamento prevista no *caput* deverá ser suficiente para garantir a plena execução física do objeto.

□Art. 8º. As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, decorrentes da celebração de convênios serão feitas exclusivamente por intermédio de instituição financeira controlada pelo Estado do Pará ou pela União.

§ 1º Toda movimentação de recursos de que trata este artigo, por parte dos convenentes, executores e instituições financeiras autorizadas, será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de convênio; e

□II - pagamentos realizados mediante cheque nominal ou crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º Os recursos de convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira pública estadual ou federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos ocorrer em prazos menores que um mês.

§ 3º As receitas financeiras auferidas na forma do § 2º serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade.

Art. 9º. Para efeito do disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a aquisição de produtos e a contratação de serviços com recursos do Estado transferidos a entidades privadas sem fins lucrativos deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do contrato.

Art. 10. O convênio poderá ser denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente do acordo, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes. Parágrafo único. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à entidade ou órgão repassador dos recursos, no prazo improrrogável de trinta dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos.

CAPÍTULO III DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

□Art. 11. Observada a legislação aplicável, o convenente ficará obrigado a prestar contas dos recursos recebidos diretamente ao concedente, atendendo ao seguinte:

§ 1º O prazo para apresentação da prestação de contas é de 60 (sessenta) dias após o término da vigência do convênio.

§ 2º A prestação de contas conterà:

I - balancete financeiro;

II - relação dos documentos de despesa, ordenados cronologicamente e devidamente numerados, mencionando a ordem bancária ou de saque ou o número de cada cheque nominativo e o nome do beneficiário, relação essa devidamente assinada pelo responsável e pelo contador;

III - documentos de caixa comprovando o ingresso e a respectiva contabilização dos recursos no caixa da entidade, tudo devidamente assinado pelo responsável e pelo tesoureiro;

IV - documento comprobatório das despesas;

V - cópia integral dos processos licitatórios ou documentação hábil comprovando as razões em que se haja baseado o responsável para dispensá-la ou não exigi-la;

VI - documentação comprobatória dos recolhimentos correspondentes aos valores descontados dos beneficiários dos pagamentos;

VII - conciliação bancária, quando for o caso;

VIII - comprovante da devolução do saldo, se houver;

IX - declaração de órgão público repassador do auxílio, comprovando a execução do projeto custeado pelos recursos repassados;

X - relação dos documentos de despesa, agrupados por categoria de programação e por elemento de despesa, devidamente totalizados, e

XI - comprovante de endereço do convenente.

§ 3º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o concedente terá o prazo de 90 (noventa) dias para pronunciar-se sobre a aprovação ou não da prestação de contas apresentada.

§ 4º Aprovada a prestação de contas final, o ordenador de

despesa da unidade concedente deverá efetuar o devido registro da aprovação da prestação de contas no cadastro de convênios do SIAFEM e fará constar, do processo, declaração expressa de que os recursos transferidos tiveram boa e regular aplicação.

§ 5º Na hipótese da ausência de apresentação da prestação de contas ou não aprovação das mesmas e exauridas todas as providências cabíveis, o concedente instaurará tomada de contas especial e demais medidas de sua competência, encaminhando cópia ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 6º A prestação de contas de que trata este artigo não substitui a obrigação de prestar contas ao Tribunal de Contas do Estado, na forma da Constituição e da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

DA PADRONIZAÇÃO DOS OBJETOS

Art. 12. Os órgãos concedentes são responsáveis pela seleção e padronização dos objetos mais frequentes nos convênios.

Art. 13. Nos convênios em que o objeto consista na aquisição de bens que possam ser padronizados, os próprios órgãos e entidades da administração pública estadual poderão adquiri-los e distribuí-los aos convenentes.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Os órgãos e entidades concedentes deverão publicar, até cento e vinte dias após a publicação deste Decreto, no Diário Oficial do Estado, a relação dos objetos de convênios que são passíveis de padronização.

Parágrafo único. A relação mencionada no *caput* deverá ser revista e republicada anualmente.

□Art. 15. A Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF e a Auditoria Geral do Estado do Pará - AGE editarão ato conjunto para a execução do disposto neste Decreto.

□□Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 3 de dezembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

* Republicado por ter saído com incorreções no D.O.E. nº 31.805, de 6-12-2010.

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe confere o art. 135, inciso XX, da Constituição Estadual, e

Considerando as conclusões do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 293, de 14 de março de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.626, de 17 de março de 2010, prorrogada pela Portaria nº 625, de 17 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31.677, de 31 de maio de 2010, conforme o Processo nº 2010/56533; Considerando, ainda, o Parecer nº 482/2010 da Consultoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º Demitir LAURA GONÇALVES FERREIRA, ocupante do cargo de Assistente Social, matrícula nº 5146488/1, servidora da Secretaria de Estado de Saúde Pública - SESP, por transgressão disciplinar prevista no art. 178, inciso I e art. 190, incisos IV e XII, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 de dezembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 135, inciso V, da Constituição Estadual, e Considerando os fundamentos de direito contidos no Processo nº 2010/315275 - SEDES;

Considerando o parecer conclusivo da Comissão do Processo Administrativo Disciplinar (Portaria nº 1410/09, de 10 de novembro de 2009 - Diário Oficial do Estado do Pará nº 31.542, de 11 de novembro de 2009), de fls. 109-114;

Considerando o parecer do Núcleo Jurídico da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEDES, de fls. 117-122;

Considerando, ainda, os termos do Parecer nº 487/2010 da Consultoria-Geral do Estado,

R E S O L V E:

Art. 1º DEMITIR, na forma do art. 190, incisos II e III, da Lei nº 5.810/1994 - RJU, o servidor AFONSO CELSO COSTA, ocupante do cargo de Auxiliar Social sob a matrícula nº 3220230/1, cedido à Prefeitura Municipal de Maracanã pela Portaria nº 562/1994 - SETEPS, datada de 15 de junho de 1994.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 4 de março de 2009.

PALÁCIO DO GOVERNO, 27 de dezembro de 2010.

ANA JÚLIA DE VASCONCELOS CAREPA

Governadora do Estado

DECRETO Nº 2.676, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2010

Homologa a criação do Território Estadual Quilombola, denominado SANTA MARIA DE ITACUÁ MIRI, localizado nos municípios de Acará Estado do Pará.

A GOVERNADORA DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições

que lhe confere o art. 135, inciso III, da Constituição Estadual, e Considerando que o art. 239, da Constituição do Estado do Pará, determina que as terras públicas, na área rural, sejam destinadas para assentamento agrícola, preferencialmente de trabalhadores rurais que utilizam a força de trabalho da própria família;

Considerando que o mesmo artigo prevê a transferência das terras públicas do Estado a pessoas físicas ou jurídicas, inclusive de caráter comunitário, ou qualquer forma associativa de trabalhadores rurais, através de alienação gratuita ou onerosa, ou concessão de uso, precedida de demarcação oficial;

Considerando, que os arts. 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, e 322 de Constituição Estadual, reconhecem a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos;

Considerando, que, nos termos do art. 215, *caput* e § 1º, da Constituição da República, o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais apoiando, incentivando e protegendo as manifestações culturais dos grupos participantes do processo civilizatório nacional, nomeadamente os afro-brasileiros;

Considerando que o art. 35, da Lei Estadual nº 5.849, de 24 de junho de 1994, estabelece que são prioridades da ação fundiária do Estado o assentamento do pequeno produtor rural e a regularização das terras cultivadas pelos que nelas residem; Considerando que a Lei Estadual nº 6.165, de 2 de dezembro de 1998, dispõe sobre a legitimação de terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos;

Considerando que o art. 5º da Instrução Normativa nº 03, de 9 de junho de 2010, prevê que o ato de criação dos Projetos Estaduais de Assentamento será homologado por Decreto governamental; Considerando, ainda, a necessidade de compatibilizar as ações de regularização fundiária com as diretrizes e metas do Plano Nacional de Reforma Agrária;

Considerando que o Decreto nº 2.280, de 24 de maio de 2010, prevê a criação de Território Estadual Quilombola como modalidade de assentamento específica para as comunidades de remanescentes de quilombos, para sua respectiva inclusão como beneficiários das ações propostas nas políticas públicas afirmativas do governo federal e estadual;

Considerando a necessidade de promover o etnodesenvolvimento das referidas comunidades, que propicie às suas populações uma base econômica autossustentável, a preservação do meio ambiente, bem como de seus valores sociais e culturais, e a melhoria da qualidade de vida;

Considerando, por fim, a criação do Território Estadual Quilombola (TEQ) SANTA MARIA DO ITACUÁ MIRI, pela Portaria nº 02871, de 7 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado nº 31809, de 10/12/2010,

D E C R E T A:

Art. 1º Este Decreto homologa a criação do Território Estadual Quilombola denominado SANTA MARIA DO ITACUÁ MIRI, localizado nos Municípios de Acará, possuindo área de 968,9932ha (novecentos sessenta e oito hectares, noventa e nove ares e trinta e dois centiares), com objetivo de promover o etnodesenvolvimento da comunidade de remanescente de quilombos local, constituída de 120 (cento e vinte) famílias, cujos limites, referências geográficas e maiores especificações acerca da área do projeto constam do memorial descritivo reproduzido seguinte: Partindo do marco M-1 definido pela coordenada geográfica de Latitude 1º29'32,85". Sul e Longitude 48º22'33,84" Oeste, Elipsóide SAD 69 e pela coordenada plana UTM 9.834.864,529m Norte e 791.983,273m Leste, referia ao meridiano central 51 ° WGr; deste, seguindo com uma distância de 172,88 metros e com o azimute plano de 79º15'07", chega-se na estação U-99; desta, seguindo com uma distância de 228,33 metros e com o azimute plano de 61º29'12", chega-se na estação U-97; desta, seguindo com uma distância de 223,30 e com o azimute plano de 52º51'45", chega-se na estação U-95; desta, seguindo com uma distância de 263,91 metros e com o azimute plano de 33º07'19", chega-se a estação U-92; desta, seguindo com uma distância de 219,96 metros e com o azimute plano de 29º40'28", chega-se na estação U-90; desta, seguindo com uma distância de 203,84 metros e com o azimute plano de 38º13'52", chega-se no marco M-17; deste, seguindo com uma distância de 105,79 metros e com azimute plano de 52º54'22", chega-se na estação U-86; desta, seguindo com uma distância de 99,92 metros e com azimute plano de 50º33'53", chega-se na estação U-85; desta, seguindo com uma distância de 132,77 metros e com azimute plano de 54º41 '15", chega-se na estação U-83; desta, seguindo com uma distância de 160,03 metros e com o azimute plano de 64º15'33", chega-se na estação U-81; desta, seguindo com uma distância de 195,57 metros e com azimute plano de 48º40'57", chega-se na estação U-79; desta, seguindo com uma distância de 178,89 metros e com azimute plano de 76º55'36 ", chega-se na estação U-77; desta, seguindo com uma distância de 165,33 metros e com azimute plano de 61º07'13", chega-se na estação U-75; desta, seguindo com uma distância de 167,79 metros e com a azimute plano de 23º29'16 ", chega-se no marco M-16; deste, seguindo com uma distância de 2.224,69 metros e com azimute plano de 139º22'20", chega-se no marco M-15; deste, seguindo com uma distância de 198,10 metros e com azimute plano de 177º54'03",